

O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA NO SISTEMA EDUCACIONAL: UMA BREVE ANÁLISE DA EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/03 ATRAVÉS DOS LIVROS DIDÁTICOS NO ENSINO MÉDIO

MARIA LAURA ALMEIDA PEREIRA¹; PAULO RICARDO PEZAT²

¹Universidade Federal de Pelotas – mariam4riaap@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – paulo.pezat@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O ensino de história da África e de sua diáspora no Brasil pode ser compreendido principalmente a partir da sanção da Lei 10.639, em 9 de janeiro de 2003, quando, a partir desta, houve a vinculação do sistema de ensino para com as relações étnico-raciais, visto que a lei visa implementar a obrigatoriedade do ensino de história africana e afro-brasileira no ensino fundamental e médio de instituições oficiais e particulares, de acordo com o previsto no Art. 26-A da referida lei. Com isto, há a alteração da lei 9.394/96, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), com o acréscimo destes artigos voltados a tal temática, o 26-A, como já citado, o 79-A, vetado, e o 79-B, que inclui o Dia da Consciência Negra no calendário escolar. Segundo Pereira (2010, p.1), a criação e sanção da Lei 10.639/03 se deu como consequência de uma luta conjunta e contínua do movimento negro brasileiro, do meio universitário e da área de educação.

Esta pesquisa busca compreender a implementação gradual da lei 10.639/03 no cotidiano escolar do sistema educacional, com foco no Ensino Médio, partindo de uma análise de livros didáticos, visto que mesmo após sua sanção, a lei encontrou alguns obstáculos à sua implementação, como a falta de formação de docentes na temática - pois é observado que havia uma lacuna na formação de professores no período anterior no que se entende por relações étnico-raciais -, assim como a ausência ou distorção de tais temas nos livros didáticos até então produzidos, pois muitas vezes as narrativas acerca da África e da diáspora afro-brasileira são marcadas por estereótipos e preconceitos, baseadas em um olhar paternalista e colonial que apresenta o continente africano como subdesenvolvido. Isto é observado no texto de Oliva (2007), que analisa as imagens do continente africano presentes no imaginário de estudantes do Recôncavo Baiano. Fome, miséria, tragédias e escravidão foram algumas das opções que mais foram assinaladas pelo alunado, enquanto as opções voltadas a destacar os impérios africanos ou seu desenvolvimento urbano foram pouco escolhidas. O papel dos livros didáticos nessa formação do imaginário escolar acerca das temáticas relacionadas à história africana e afro-brasileira é muito importante, tanto para professores como para alunos:

O papel desempenhado pelos livros didáticos de História, como instrumento auxiliar da atividade docente e como uma das fontes de leitura para os alunos [...] parece-nos, dentro dos padrões de funcionamento do sistema educacional brasileiro, inquestionável. Sendo assim, as abordagens acerca dos estudos africanos, presentes ou ausentes nas coleções de História [...] aparecem como ingredientes-chaves na composição, transformação e manutenção das referências e imagens que o público escolar constrói sobre o continente (OLIVA, 2007, p.10)

Com isto, o objetivo principal deste trabalho, que é um recorte de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso

(TCC), é fazer uma breve análise de livros didáticos destinados ao Ensino Médio, para, através disto, buscar como está sendo representada a história Africana e afro-brasileira nas páginas destes, se ainda há um olhar colonialista, embebido em estereótipos acerca destes temas, ou se, após a implementação da Lei 10.639/03, ou mesmo anteriormente a esta houve uma descolonização dos conteúdos inclusos nos livros no que diz respeito a estas temáticas.

2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho foi, inicialmente, feita uma pesquisa bibliográfica a partir de autores que escrevem e discorrem acerca das temáticas presentes na pesquisa. Após o acesso a esta bibliografia básica, houve a busca pelo objeto de pesquisa, os livros didáticos. Num primeiro momento foi decidido o recorte dos anos escolares a serem analisados. Foram escolhidos os três anos do Ensino Médio para a pesquisa, pelo fato de ser um período onde há uma mudança no perfil dos estudantes, principalmente pela razão de ser um momento onde há uma transição de conteúdos mais básicos para mais complexos, assim como um aumento na carga horária do aluno, pois enquanto no EF esta consiste em 800 horas anuais, no EM ela se estende para 2.400 horas anuais, e com a prevista mudança do novo Ensino Médio, aprovado pela lei nº 13.415/2017, irá totalizar 3.000 anuais (HERNANDES, 2020, p.584). Outro ponto crucial para essa escolha foi que ao fazer a leitura de bibliografias sobre a temática, percebeu-se mais trabalhos voltados ao Ensino Fundamental do que ao Ensino Médio.

Após o recorte do nível escolar, houve um recorte temporal no trabalho acerca de quais anos seriam analisados, com isso houve também a escolha das editoras a serem estudadas. Para fazer uma análise comparativa acerca dos conteúdos sobre história da África e afro-brasileira, foram escolhidos livros de diferentes épocas, mas que tratassem de um assunto em comum, a independência dos países africanos, ou a descolonização destes após o período do neocolonialismo, sendo que um dos livros seria anterior a sanção da Lei 10.639/03, e outro posterior. O primeiro livro, de autoria de Rubim Aquino et al., é chamado *História das Sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais*, da Editora Ao Livro Técnico S/A., editado em 1982, e o capítulo selecionado tem o título de *Todos povos têm direito de viver e ser livres... A Descolonização da África e da Ásia*. O outro livro, de autoria de Gislane Azevedo et al., é da Editora Ática, editado no ano de 2016, da coleção *História Passado e Presente 3: do século XX aos dias de hoje*, referente ao terceiro ano do Ensino Médio, no qual o capítulo selecionado foi o intitulado *África, Ásia e América Latina: independência política*. Em ambas as obras há uma subdivisão de capítulos, de modo que foram pinçados aqueles que tratam especificamente da África.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para iniciar a análise é preciso apontar, como antes referido, que com a lei 10.639/03 seriam mais presentes no cotidiano escolar conteúdos acerca de África e de sua diáspora brasileira, dada sua obrigatoriedade no pós-sanção, assim como era observado que com a implementação gradual desta lei, tal temática seria mais observada nos livros didáticos. Foi apontado que, como citado anteriormente, a partir do texto de Oliva (2007), ainda haveria uma visão de África, por parte dos alunos, muito estereotipada, e isso se daria pela forma como ela é representada nas

escolas e nos materiais utilizados, como os próprios livros didáticos, além do problema de professores mais antigos não terem estudado tal temática em suas formações iniciais. Com isso, com um grande recorte, e focando em um tema específico, foi realizada uma análise de dois livros didáticos, um anterior e outro posterior à promulgação da lei 10.639/03, para observar se haveria uma mudança de representação significativa no conteúdo, e se esta seria por um viés mais decolonial, ou se ainda estariam presentes tais estereótipos.

No capítulo do livro de Aquino (1982), intitulado *Todos povos têm direito de viver e ser livres... A Descolonização da África e da Ásia*, podem-se notar algumas coisas, entre elas que o livro, para o período em que foi lançado, anteriormente à promulgação da lei 10.639/03, traz um conteúdo questionador, não apenas apontando acontecimentos, mas conversando com o leitor, ao qual faz perguntas ao longo do texto, e também apresenta referências a capítulos anteriores, o que pode ser notado a partir da primeira linha do capítulo, que diz *Você concorda com essa ideia?*, remetendo ao título do capítulo. Em seguida apresenta uma introdução do que seria a descolonização e os motivos pelos quais ela ocorreria, apontando que um dos passos para que isso fosse possível seria a partir da destruição do “mito da superioridade racial do homem branco” (AQUINO et al., 1982, p.352). O texto também traz alguns apontamentos históricos acerca dos acontecimentos. O livro apresenta ainda citações, por exemplo, de um dirigente da Frente de Libertação de Moçambique, e do poeta angolano Agostinho Neto, também parte de um movimento de libertação. Nota-se então que a obra procura trazer a visão do africano acerca dos conflitos, não a do europeu. No subcapítulo que trata de fato da descolonização da África, alguns pontos são perceptíveis, entre eles a citação dos nomes de diversos líderes africanos, assim como a citação dos diversos países onde ocorreram as revoltas, também tratando sobre o pan-africanismo, movimento que visava a união de africanos, muito discutido até a atualidade, citando nomes como Du Bois e Aimé Césaire, sendo este último autor do termo negritude (AQUINO et al., 1982, p.357). O livro traz apenas três ilustrações no recorte que foi analisado, mas dado o ano de seu lançamento, este buscou de fato apresentar também representações gráficas, entre elas uma imagem que representou o processo de luta de África e Ásia, um cartaz comemorativo da fundação da Organização da Unidade Africana e um mapa da África independente.

No capítulo analisado da obra de Gislaine Azevedo et al. (2016), intitulado *África, Ásia e América Latina: independência política*, podemos notar inicialmente que além dos apontamentos históricos presentes no livro, este conta com algumas sugestões de filmes sobre as revoltas africanas do período. Também apresenta imagens, como a de presos da etnia kikuyu, por conta das rebeliões dos Mau-Mau, no Quênia, tratando sobre movimentos nacionalistas que ocorreram no período. Porém, o livro em questão é mais conteudista do que questionador, como era o primeiro, trazendo mais descrições de fatos históricos ocorridos, do que, por exemplo, citações de pessoas que fizeram parte dos movimentos de libertação. Porém, assim como o primeiro livro analisado, cita Agostinho Neto ao tratar sobre o movimento de libertação de Angola. Assim como o primeiro, cita os países que participaram dos processos de independências, mas não busca trazer tantos nomes de lideranças africanas. Neste momento traz mais duas imagens: uma da cidade de Luanda na atualidade e outra com o mapa da África independente. Um ponto interessante que apresenta o livro é o conteúdo acerca do conflito entre tutsis e hutus em Ruanda, trazendo imagem das ossadas dos mortos em conflito. Na mesma página há uma proposta de diálogo para os alunos, para que façam uma

pesquisa sobre refugiados de conflitos étnicos. Logo após, a temática tratada é acerca do apartheid na África do Sul, trazendo informações sobre acontecimentos do período e a imagem de um protesto contra o regime racista sul-africano que ocorreu em Londres. Ao todo, os capítulos analisados indicam aos alunos onze filmes, entre eles *Um grito de liberdade* (1987), de Richard Attenborough, e um livro, *Mayombe* (1980), de Pepetela.

4. CONCLUSÕES

Foi possível concluir, através da análise destes dois livros, que a abordagem atual (2016) é mais gráfica, com mais sugestões de obras além do que está presente no texto, enquanto o livro de 1982 é mais textual, isso se dando principalmente pela diferença temporal em que estes foram lançados e as oportunidades que hoje existem para o desenvolvimento com um material com mais imagens. Porém, diferente do que poderia ser imaginado, pelo fato de ser publicado antes da sanção da Lei 10.639/03, o primeiro livro (1982), no que trata acerca da história africana, teve um desenvolvimento muito voltado a um pensamento decolonial, buscando trazer personagens das lutas africanas, assim como poema de Agostinho Neto, valorizando a história africana a partir de África, fazendo questionamentos e conversando com o leitor. Por sua vez, o segundo livro, de forma geral, foi mais conteudista, como citado anteriormente. Porém, no que se refere aos conteúdos presentes em ambos os livros, estes foram bastante similares, no que se refere à análise feita dos acontecimentos históricos. De uma forma geral, concluiu-se que foi perceptível, neste recorte, destes livros e capítulos em questão, uma busca por trazer uma história da África de forma menos estereotipada, com uma valorização dos saberes africanos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, Rubim Santos Leão de; ALVARENGA, Francisco Jacques Moreira de; FRANCO, Denize de Azevedo; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos. **História das Sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais**. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro Técnico S/A - Indústria e Comércio, 1982.
- AZEVEDO, Gislaine. SERIACOPI, Reinaldo. **História Passado e Presente 3: do século XX aos dias de hoje**. São Paulo: Editora Ática, 2016.
- HERNANDES, Paulo Romualdo. A Lei no 13.415 e as alterações na carga horária e no currículo do Ensino Médio. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v.28, n.108, p.579-598, 2020.
- MANGUEIRA, Ana Beatriz da Costa. A contribuição do pensamento decolonial para o ensino básico e o acadêmico brasileiro: desafios e perspectivas. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL FOMERCO**, 17., Foz do Iguaçu, 2019. **Anais eletrônicos...** Foz do Iguaçu: Fórum Universitário Mercosul, 2019. p.1-17. Acessado em: 17 de ago. 2022 Disponível em: <https://www.congresso2019.fomerco.com.br>
- OLIVA, Anderson Ribeiro. O espelho africano em pedaços: Diálogos entre as representações da África no imaginário escolar e os livros didáticos de história, um estudo de caso no Recôncavo Baiano. **Revista Recôncavos**, Bahia, v.1, n.1, p.1-18, 2007.
- PEREIRA, Luana Nunes. O ensino e a pesquisa sobre África no Brasil e a Lei 10.639. **Revista África e Africanidades**, v.3, n.11, p.-17, 2010. Acessado em: 17 de ago. 2022. Online. Disponível em: <https://africaeaficanidades.com.br>.